



A experiência mostra que em muitos casos as privatizações falharam

Privatizações: as últimas oportunidades

Rita Maltez

O tema do fim das *golden shares* e das privatizações já fez correr rios de tinta. Sucede que muito pouco do que realmente importa tem sido anunciado, dito, discutido ou sequer perguntado.

Preocupa-me, por isso, ver a ligeireza com que o tema é tratado. O que fizemos agora vai acompanhar-nos por muito tempo. E não teremos uma segunda oportunidade.

Estamos pressionados, é certo. Mas não devemos nem podemos fazer como li num outro jornal: "Time is of the essence and any deal will do". Não, nem tudo é aceitável. Podemos tentar não deixar ir as mãos e os dedos com os anéis.

Apoio sem reservas o fim das *golden shares* e a generalidade das privatizações previstas. Não tenho dúvidas sobre o potencial de estímulo da nossa economia que tais medidas geram. Mas também não tenho dúvidas de que se o processo de privatizações não for

conduzido com preocupação com o bem público (que inclui naturalmente interesses privados) e com total independência e isenção, pode transformar parte do que de mais valioso ainda temos em repasto de especuladores, de interesses privados em busca de lucro fácil e rápido.

Este é um risco real, num momento em que Estado e grande parte dos agentes económicos privados se encontram exangues, manietados pelo seu próprio passado, preocupados com a sua sobrevivência imediata.

Não estou preocupada com a sobrevivência dos centros de decisão nacionais. Vivemos numa economia global e, aparentemente, a maior parte dos interesses nas privatizações, se não a totalidade, é estrangeira. Seja. Se gerirem bem, se trouxerem qualidade, competência, *know how*, capitais para investir a médio e longo termo, são bem-vindos.

A nós, cabe-nos preparar as nossas empresas para os receber, assegurando que as melhores práticas são adotadas.

As práticas e regras que à escala global são por todos aconselhadas: informação, transparência, rigoroso controlo da gestão e dos conflitos de interesses, prestação de contas, proteção dos acionistas minoritários, criteriosa escolha dos gestores por padrões de competência, qualificação profissional, reputação técnica, idoneidade e independência. Adoção de mecanismos de *accountability* credíveis e também eles suscetíveis de controlo por entidades reguladoras e supervisoras eficazes.

A experiência (internacional, mas não só) mostra bem como em economias em qualquer estágio de desenvolvimento, com distintos sistemas jurídicos, optando por distintos métodos e modelos de privatização, as privatizações falharam. Porque, num ponto ou noutro, não garantiram a proteção dos acionistas, não asseguraram a transparência na gestão, não acautelaram a necessidade de informação ao mercado, não criaram mecanismos, legais ou outros, que permitam a qualquer *stakhol-*

der controlar e acompanhar a gestão das empresas que gerem os seus interesses.

Não estou a sugerir alterações legislativas. Sugiro antes que, com a lei que temos, se cuide de criar mecanismos, legais ou outros, que garantam que essas empresas que vamos entregar à iniciativa privada serão peças importantes do motor que nos fará descolar da mediocridade e total inanição em que nos encontramos.

E o primeiro passo é conhecermos rapidamente quem são os responsáveis pelo desenho dos processos de privatizações e alienação das *golden shares* e sabermos como se vão desenvolver tais processos, a começar nos modelos escolhidos e a acabar no detalhe de cada um dos passos que envolvem.

E para começar já causou má impressão o facto de terem sido escolhidos para avaliar a REN exclusivamente bancos que são acionistas da empresa.

Sócia da Pares|Advogados